



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, DESCENTRALIZAÇÃO, PATRIMÓNIO, SERVIÇOS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL (1.ª Comissão)

DATA: 19-05-2024
HORA: 21.00H
LOCAL: Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho

CONVOCADOS:

- Carlos Fonseca (PS)
- Carlos Glória (LCF)
- David Roque (BE)
- José Manuel Freire (CDU) - Coordenador
- Maria Paula Couto (PS)
- Natércia Reigada (PS)
- Nuno Serafim (PSD) - Secretário
- Paulo Rosário Dias (CHEGA)

CONVIDADO: - Câmara Municipal de Lagos

PRESENTES:

- José Manuel Freire (CDU) - Coordenador - ZMF
- Nuno Serafim (PSD) - Secretário - NFS
- Carlos Fonseca (CS) - CF
- Maria Paula Couto (PS) - MPC
- Natércia Reigada (PS) - NR
- Fernando Ildefonso (LCF) - FI
- Paulo Rosário Dias (CHEGA) - PRD
- Vereadora da Câmara Municipal de Lagos - Sara Coelho - SC-CML

AUSÊNCIA(S): - David Roque (BE) - DR

HORA DE INÍCIO DA REUNIÃO: 21.25H

HORA DE ENCERRAMENTO DA
REUNIÃO: 22.55H

ASSUNTOS AGENDADOS: Reunião com a seguinte entidade: - Câmara Municipal de Lagos.
Tópico:
- Ponto de situação da descentralização de competências do Poder Central para o Poder Local.

JMF - Deu as boas vindas à Sra. Vereadora, dando como aberta a reunião deu a palavra à SC-CML para falarmos sobre o ponto de situação das transferências de competências. Fazendo ainda referencia da documentação recebida sobre a saúde, acção social e educação e a necessidade de haver documentação em relação a todas as outras remanescentes áreas transferidas, dando o exemplo da área portuária e o protocolo existentes.

PRD - Questionou quais as maiores dificuldades relacionadas com a verbas e da experiencia relacionada com as 3 áreas transferidas.

PC- Quais as dificuldades que o desafio das transferências trouxe ao município ?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, DESCENTRALIZAÇÃO, PATRIMÓNIO, SERVIÇOS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL (1.ª Comissão)

NS- Quanto aos pontões o que fazer ?

SC- Quanto aos Pontões a vereadora esclareceu que essa área não lhe está atribuída. Contudo esclareceu que as áreas em questão estão afectos à área portuária logo pertencem à DGRM, não tendo até à data qualquer resposta às diversas solicitações da Câmara para resolução do problema. Continuando a Câmara a pressionar e solicitar a intervenção nos pontões.

Referiu ainda que as competências foram transferidas em 2020 desenvolvidas nas zonas balneares são licenciadas pelo município e só em 2024 foram iniciadas a cobrança das taxas iguais às anteriores.

Reforçou que as zonas não afectas à atividade portuária tiveram o mesmo seguimento das anteriores.

Referiu que irá solicitar aos serviços do município que remeta todos os protocolos assinados no âmbito da transferência de competências.

O Relatório da Saúde tem exigido menos porque a transferência na área da saúde não obriga a uma acção direta do município, resumindo-se a acção da câmara na área da manutenção e fornecimento de material do centro de saúde sobre solicitação e autorização prévia da autoridade de saúde.

Estamos a aguardar a ampliação do centro de saúde.

Existe uma pequena diferença entre a verba transferida e a verba gasta (17.000euros). Salientou o desenvolvimento de acções de sensibilização na área da prevenção do cancro e da comunicação na área da migração com a aquisição de aparelhos de tradução.

Na área da Acção Social, salientou os apoios concedidos em 2024, 3.459 pedidos de bens de primeira necessidade , a nível da medicação 537 e 46 apoios económicos.

Salientou o benefício na área social da transferência de competências, porque anteriormente havia uma duplicação de actuação do município e segurança social. Neste momento com a acção da câmara existe uma maior transparência e capacidade de actuação do município em relação aos cidadãos mais desfavorecidos.

Referiu um maior acompanhamento dos munícipes beneficiários do RSI com a acção das técnicas municipais.

O único constrangimento que refere é a base de dados da Seg. Social a qual não é compatível nem susceptível de proceder à migração para o sistema municipal o que de alguma forma atrasa e dificulta a acção do município.

A nível da despesa e verba recebida, não existe diferença.

Na área da educação a acção da câmara tem sido mais efetiva, verificamos uma ligeira diminuição do numero de alunos com excepção do pré-escolar e terceiro ciclo.

A tutela financia uma serie de áreas no âmbito da acção escolar com aumento das verbas entre 2023 e 2024, mas apesar disso a CML investe muito nesta área designadamente a nível dos recursos humanos porquanto considera que o ratio imposto pelo ministério não se adequa à reais necessidades do nosso parque escolar. Designadamente por não se acautelar a mobilidade de recursos humanos e o cada vez maior numero de crianças em situação especial

Nas áreas de enriquecimento escolar o município investe muito em material e ações nesta área e diversos complementos educativos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, DESCENTRALIZAÇÃO, PATRIMÓNIO, SERVIÇOS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL (1.ª Comissão)

Abordou a problemática da elaboração da carta educativa e das necessidades de manutenção das infra-estruturas escolares.

A nível dos transportes escolares temos tido dificuldades das viaturas adaptadas havendo um protocolo celebrado com a NECI para esse efeito.

Os custos associados à gestão e aquisição dos veículos e recursos humanos não estão acautelados nos protocolos, mas apenas um valor por aluno que não preenche o investimento necessário para a área.

Nas Atividades de enriquecimento curricular temos tido dificuldades em manter e encontrar recursos humanos adequados.

Aqui o município investiu mais de 4 milhões de euros enquanto apenas recebe cerca de dois milhões e duzentos mil euros.

Referiu ainda que tem um sentimento duplo em relação à transferência de competências, porquanto considera que estas áreas deviam ser um desígnio do estado porquanto com o tempo será criada uma desigualdade entre municípios ricos e pobres e logo criação desigualdades entre concelhos e cidades.

No que respeita às vantagens ressalta a proximidade aos cidadãos porque o município tende a atuar mais rápido e de forma mais adequada correspondendo às necessidades dos nossos cidadão.

Revelou não terem havido quaisquer situações de conflitualidade entre os município e as entidades do estado.

Concluindo considera que houve um ganho para o cidadão que vê as suas necessidades preenchidas com maior celeridade e adequação.

JMF- Reforçou a necessidade de a CML remeter toda a documentação relativa aos protocolos das áreas transferidas.

ILDF- Ressalvou a diferença entre as verbas entregues pelo estado e o valor investido pelo município e questionou se a CML na altura da assinatura dos protocolos não consegue a CML solicitar mais verbas que se adequem às realidades locais?

JMF- Respondeu que os ratios são nacionalmente instituídos pelo estado central. Salientando que assim não devia ser por que existem espaços diferentes.

SC- Falou sobre a intervenção da ANMP que negociou os valores, não tem conhecimento que tenha havido negociação com o atual governo.

PC- Considera-se feliz porque como diretora beneficia de uma maior capacidade de gestão em razão dos investimentos que o município faz na área da educação.

Nestes moldes considera que a transferência de competências tem sido positivo e saúda o município de Lagos por essa confiança.

Sabe que existem exemplos de municípios que não actuam assim e que colegas seus gerem ainda por duodécimos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS, DESCENTRALIZAÇÃO, PATRIMÓNIO, SERVIÇOS E SETOR EMPRESARIAL LOCAL (1.ª Comissão)

CF- Pediu esclarecimentos relativamente à questão das incompatibilidades do sistema da Segurança Social e CML;

SC- Houve um período de adaptação recebemos a base de dados da Seg. Social que é lenta, os níveis de autorização são demasiado restritivos com acessos limitados, e o sistema não é compatível ou susceptível de ser integrado na base de dados da CML.

CF- Existem autos de conferência das áreas de transferência de competências?

SC- O processo de transferência variou de ministério para ministério.

JMF- Agradeceu a presença da Senhora Vereadora e seus esclarecimentos e agradece antecipadamente o envio da documentação em falta relativamente à matéria relativa à Transferência de competências.

SC-CML – Agradeceu o convite.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os presentes.

Lagos, 19 de maio de 2025

O COORDENADOR,

O SECRETÁRIO,

OS MEMBROS DA COMISSÃO,